

Nossa primeira tarefa, ao que parece, é desassociar completamente “mulheres” (a classe dentro da qual lutamos) de “mulher”, o mito. Pois “mulher” não existe para nós, é apenas uma formação imaginária, enquanto “mulheres” são o produto de uma relação social.

Monique Wittig

Não se nasce mulher

Monique Wittig

UM ENFOQUE FEMINISTA MATERIALISTA da opressão feminina rompe com a ideia de que mulheres são um “grupo natural”:¹ “um grupo racial de uma categoria especial, um grupo percebido *como natural*, um grupo de homens considerado como materialmente específico em seus corpos.”² O que a análise realiza no nível das ideias, a prática concretiza no nível dos fatos: por sua própria existência, a sociedade lésbica destrói o fato (social) artificial que constitui as mulheres como um “grupo natural”. Uma sociedade lésbica³ revela pragmaticamente que a divisão criada pelos homens da qual as mulheres têm sido objeto é política e mostra que fomos reconstruídas ideologicamente como “grupo natural”. No caso das mulheres, a ideologia vai longe, uma vez que tanto os nossos corpos quanto as nossas mentes são produtos dessa manipulação. Nós fomos forçadas em nossos corpos e em nossas mentes a corresponder, sob todos os aspectos, à *ideia* de natureza que foi determinada para nós. De tal forma distorcida, que nosso corpo deformado é o que chamam de “natural”, o que deve existir como tal diante da opressão. De tal forma distorcida, que no fim a opressão parece ser uma consequência dessa “natureza” dentro de nós (uma natureza que é apenas uma *ideia*). O que uma análise materialista faz por meio do raciocínio, uma sociedade lésbica realiza na prática: não só não existe um grupo natural “mulheres” (nós, lésbicas, somos a prova viva disso), mas também como indivíduos nós questionamos “mulher”, que para nós, assim como para Simone de Beauvoir, não passa de um mito. Ela disse:

ninguém nasce mulher, mas se torna mulher. Nenhum destino biológico, psicológico ou econômico determina a figura que a fêmea humana apresenta na sociedade: é a civilização como um todo que produz essa criatura, intermediária entre macho e eunuco, descrita como feminina.⁴

Entretanto, a maioria das feministas e feministas-lésbicas na América e em outros lugares ainda acredita que a base da opressão das mulheres é tanto *biológica quanto histórica*. Algumas até afirmam encontrar suas fontes em Simone de Beauvoir.⁵ A crença no matriarcado e numa “pré-história” em que as mulheres criam a civilização (em decorrência de uma predisposição biológica)

enquanto os homens grosseiros e brutais caçam (devido a uma predisposição biológica) é equivalente à interpretação de viés biológico da história produzida até agora pela classe dos homens. É ainda o mesmo método de encontrar em mulheres e homens uma explicação biológica para sua divisão, fora de fatos sociais. Para mim, isso jamais poderia constituir um enfoque lésbico da opressão das mulheres, já que pressupõe que a base da sociedade ou o começo da sociedade está na heterossexualidade. O matriarcado não é menos heterossexual do que o patriarcado: só o gênero do opressor é que muda. Além disso, não apenas tal concepção está ainda aprisionada nas categorias de gênero (mulher e homem), mas se prende à ideia de que a capacidade de parir (biologia) é o que define uma mulher. Embora fatos práticos e modos de vida contradigam essa teoria na sociedade lésbica, existem lésbicas que afirmam que “mulheres e homens são espécies ou raças diferentes (as palavras são usadas de forma intercambiável): homens são biologicamente inferiores a mulheres; a violência masculina é uma inevitabilidade biológica...”⁶ Ao fazer isso, ao admitir que existe uma divisão “natural” entre mulheres e homens, nós naturalizamos a história, nós assumimos que “homens” e “mulheres” sempre existiram e sempre existirão. Não só naturalizamos a história, mas também, conseqüentemente, naturalizamos os fenômenos sociais que expressam nossa opressão, tornando impossível a mudança. Por exemplo, em vez de ver o ato de parir como uma produção forçada, nós o vemos como um processo “natural”, “biológico”, esquecendo que em nossas sociedades os nascimentos são planejados (demograficamente), esquecendo que nós mesmas somos programadas para produzir filhos, embora esta seja a única atividade social, “fora a guerra”,⁷ que representa um enorme risco de morte. Assim, enquanto nós formos “incapazes de abandonar por vontade ou impulso um compromisso vitalício e secular de ver a gravidez como o ato criativo feminino,”⁸ ganhar controle sobre a produção de filhos irá significar muito mais do que o mero controle dos meios materiais dessa produção: as mulheres terão que se abstrair da definição “mulher” que lhes é imposta.

Um enfoque feminista materialista mostra que o que tomamos por causa ou origem da opressão é de fato apenas a *marca*⁹ imposta pelo opressor; o “mito de mulher”,¹⁰ mais seus efeitos e manifestações materiais na consciência e nos corpos capturados de mulheres. Assim, essa marca não vem antes da opressão: Colette Guillaumin mostrou que, antes da realidade socioeconômica da escravidão negra, o conceito de raça não existia, pelo menos não no seu sentido moderno, já que ele era empregado à linhagem de famílias. Entretanto, agora, raça, exatamente como gênero, é considerada como “dado imediato”, “dado sensate”, “atributos físicos”, pertencendo a uma ordem natural. Mas o que nós

acreditamos ser uma percepção física e direta é apenas uma construção sofisticada e mítica, uma “formação imaginária”,¹¹ que reinterpreta atributos físicos (em si mesmos tão neutros quanto quaisquer outros, mas marcados pelo sistema social) por meio da rede de relacionamentos na qual eles são percebidos. (Eles são vistos como *negros*, portanto *são* negros; elas são vistas como *mulheres*, portanto *são* mulheres. Mas antes de serem *vistos* assim, eles primeiro tiveram que ser *feitos* assim.) As lésbicas deviam sempre lembrar e reconhecer o quanto era “artificial”, forçado, totalmente opressivo e destrutivo para nós ser “mulher” antigamente, antes do movimento de liberação das mulheres. Era uma repressão política, e aquelas que resistiam eram acusadas de não serem mulheres “de verdade”. Mas nós nos orgulhávamos disso, visto que na acusação já havia algo como uma sombra de vitória: a declaração do opressor de que “mulher” não é algo inequívoco, porque para ser mulher é preciso ser mulher “de verdade”. Nós fomos acusadas ao mesmo tempo de querer ser homens. Hoje essa dupla acusação foi retomada com entusiasmo no contexto do movimento de liberação das mulheres por algumas feministas e também, infelizmente, por algumas lésbicas cujo objetivo político parece ser, de certa forma, tornarem-se mais e mais “femininas”. Recusar-se a ser uma mulher, no entanto, não significa que a pessoa tem que se tornar um homem. Além disso, se usarmos como exemplo o perfeito “sapatão”, o exemplo clássico que provoca mais horror, a quem Proust teria chamado de mulher/homem, de que modo a alienação dela será diferente da alienação de alguém que quer se tornar uma mulher? *Tweedledum* e *Tweedle-dee* (cara de um, focinho do outro). Pelo menos, o fato de uma mulher querer se tornar um homem prova que ela escapou da sua programação inicial. Mas mesmo que ela queira, com todas as forças, não pode se tornar um homem, pois tornar-se um homem exigiria da mulher não só a aparência externa de um homem, mas também sua consciência, isto é, a consciência de alguém que dispõe por direito de pelo menos dois “escravos” naturais ao longo da vida. Isso é impossível, e uma característica da opressão lésbica consiste precisamente em deixar as mulheres fora do nosso alcance, já que as mulheres pertencem aos homens. Desta forma, uma lésbica *tem* que ser outra coisa, uma não-mulher, um não-homem, um produto da sociedade, não um produto da natureza, pois não existe natureza na sociedade.

A recusa em se tornar (ou continuar) heterossexual sempre significou recusar a se tornar um homem ou uma mulher, conscientemente ou não. Para uma lésbica isso vai mais além do que a recusa do *papel* de “mulher”. É a recusa ao poder econômico, ideológico e político do homem. Isto, nós lésbicas, bem como não lésbicas, sabíamos antes do início do movimento feminista e lésbico. Entretanto, como Andrea Dworkin enfatiza, recentemente muitas lésbicas “vêm

tentando cada vez mais transformar a própria ideologia que nos escravizou em uma celebração dinâmica, religiosa, psicologicamente convincente do potencial biológico feminino”.¹² Assim, algumas vias do movimento feminista e lésbico nos levam de volta ao mito da mulher que os homens criaram especialmente para nós, e com isso nós afundamos de novo em um grupo natural. Tendo nos erguido para lutar por uma sociedade sem gênero,¹³ agora nos vemos presas na conhecida armadilha de que “mulher é maravilhoso”. Simone de Beauvoir sublinhou, em especial, a falsa consciência que consiste em escolher entre as características do mito (de que as mulheres são diferentes dos homens) aquelas que parecem boas e usá-las como uma definição para mulheres. O que o conceito “mulher é maravilhoso” realiza é usar para definir mulheres as melhores características (melhores de acordo com quem?) que a opressão nos concedeu, e não questiona de forma radical as categorias “homem” e “mulher”, que são categorias políticas e não dados naturais. Isso nos coloca em uma posição de lutar dentro da classe “mulheres” não como fazem outras classes, pelo desaparecimento da nossa classe, mas pela defesa da “mulher” e seu reforço. Isso nos leva a desenvolver com complacência “novas” teorias sobre nossa especificidade: assim, chamamos nossa passividade de “não violência”, quando o ponto principal e emergente para nós é combater nossa passividade (nosso medo, melhor dizendo, um medo justificado). A ambiguidade do termo “feminista” resume a situação. O que significa “feminista”? É uma palavra formada por “femme”, “mulher”, e significa alguém que luta pelas mulheres. Para muitas de nós, significa alguém que luta pelas mulheres como uma classe e pelo desaparecimento dessa classe. Para muitas outras, significa alguém que luta pela mulher e sua defesa – pelo mito, então, e seu reforço. Mas por que a palavra “feminista” foi escolhida se ela ainda contém um mínimo de ambiguidade? Nós escolhemos nos chamar de “feministas” dez anos atrás não para apoiar ou reforçar o mito de mulher, nem a fim de nos identificarmos com a definição que o opressor faz de nós, mas sim para afirmar que nosso movimento tinha uma história e enfatizar o elo político com o velho movimento feminista.

É, portanto, esse movimento que colocamos em questão, pelo sentido que ele deu ao feminismo. Acontece que o feminismo no último século jamais conseguiu resolver suas contradições em relação aos temas natureza/cultura, mulher/sociedade. As mulheres começaram a lutar por si mesmas como grupo e consideraram corretamente que compartilhavam características comuns como resultado da opressão. Mas para elas essas características eram naturais e biológicas mais do que sociais. Chegaram a adotar a teoria darwinista de evolução. Mas não acreditavam, como Darwin, “que as mulheres eram menos evoluídas do que os homens; acreditavam que as naturezas de macho e fêmea

tenham se bifurcado no decorrer do desenvolvimento evolutivo e que a sociedade em geral refletiu essa polarização.”¹⁴ O fracasso do início do feminismo se deve ao fato de que ele só atacou a acusação darwinista de inferioridade feminina, aceitando as bases dessa acusação – a saber, a visão da mulher como “única”.¹⁵ E, finalmente, foram mulheres acadêmicas – e não feministas – que destruíram cientificamente essa teoria. As primeiras feministas tinham fracassado em considerar a história como um processo dinâmico que se desenvolve com base em conflitos de interesses. Além disso, elas ainda acreditavam, como os homens acreditam, que a causa (origem) de sua opressão estava dentro delas mesmas. E portanto, depois de algumas vitórias incríveis, as feministas dessa primeira frente de batalha se viram diante de um impasse por falta de razões para lutar. Elas apoiaram o princípio ilógico de “igualdade na diferença”, uma ideia que está nascendo de novo. Elas caíram na armadilha que volta a nos ameaçar: o mito da mulher.

Portanto, é nossa tarefa histórica, e não apenas nossa, definir o que chamamos de opressão em termos materialistas, tornar evidente que as mulheres são uma classe. Isso significa dizer que a categoria “mulher” assim como a categoria “homem” são categorias políticas e econômicas e não categorias eternas. Nossa luta tem como objetivo suprimir os homens como classe, não por meio de um genocídio, mas de uma luta política. Quando a classe “homens” desaparecer, “mulheres” como classe irão desaparecer também, pois não existem escravos sem senhores. Nossa primeira tarefa, ao que parece, é desassociar completamente “mulheres” (a classe dentro da qual lutamos) de “mulher”, o mito. Pois “mulher” não existe para nós, é apenas uma formação imaginária, enquanto “mulheres” são o produto de uma relação social. Nós sentimos isso fortemente quando recusamos em toda parte sermos chamadas de “movimento de liberação da *mulher*”. Além disso, temos que destruir o mito dentro e fora de nós mesmas. “Mulher” não é cada uma de nós, mas sim a formação política e ideológica que nega “mulheres” (o produto de uma relação de exploração). “Mulher” existe para nos confundir, para ocultar a realidade “mulheres.” Para nos conscientizarmos que somos uma classe e para nos tornarmos uma classe, primeiro temos que matar o mito “mulher”, inclusive seus aspectos mais sedutores. (Eu penso em Virginia Woolf, quando ela disse que a primeira tarefa de uma escritora é matar “o anjo da casa”.) Mas, para nos tornarmos uma classe, não temos que suprimir nossas individualidades, e como nenhum indivíduo pode ser reduzido à sua opressão, nós também somos confrontadas com a necessidade histórica de nos constituir como sujeitos individuais de nossa história também. Eu acredito que essa é a razão pela qual todas as tentativas de “novas” definições de mulher estão florescendo agora. O que está em jogo (e é claro que não só para

as mulheres) é uma definição individual, bem como uma definição de classe. Pois, quando se reconhece a opressão, é preciso conhecer e experimentar o fato de que uma pessoa pode constituir a si mesma como sujeito (em oposição a objeto de opressão), que uma pessoa pode se tornar *alguém* apesar da opressão, que cada um possui sua própria identidade. Não existe luta possível para alguém privado de identidade, não existe motivação interna para lutar, uma vez que, embora eu só possa lutar com outros, primeiro eu luto por mim mesma.

A questão do sujeito individual é historicamente difícil para todos. O marxismo, o último avatar do materialismo, a ciência que nos formou politicamente, não quer ouvir falar a respeito de um “sujeito.” O marxismo rejeitou o sujeito transcendental, o sujeito como constitutivo de conhecimento, a consciência “pura”. Tudo o que pensa por si, antes de toda experiência, terminou na lata de lixo da história, porque afirmava existir fora da matéria, antes da matéria, e precisava de Deus, espírito ou alma para existir dessa maneira. Isto é que é chamado de “idealismo”. Quanto aos indivíduos, eles são apenas o produto de relações sociais, portanto sua consciência só pode ser “alienada”. (Marx, em *The German Ideology* [A ideologia alemã], diz precisamente que indivíduos da classe dominante também são alienados, embora sejam os produtores diretos das ideias que alienam as classes oprimidas por eles. Mas como obtêm vantagens visíveis de sua própria alienação, eles podem tolerar isso sem muito sofrimento.) Existe uma coisa chamada consciência de classe, mas uma consciência que não se refere a um objeto em particular, exceto como participando em condições gerais de exploração junto com os outros sujeitos de sua classe, todos compartilhando a mesma consciência. Quanto aos problemas práticos de classe – fora dos problemas de classe de forma, como são tradicionalmente definidos – que se poderia encontrar (por exemplo, problemas sexuais), eles eram considerados problemas “burgueses” que iriam desaparecer com a vitória final da luta de classe. “Individualista”, “subjetivista”, “pequeno burguês”, esses eram os rótulos dados a qualquer pessoa que tivesse mostrado problemas que não podiam ser reduzidos à “luta de classe” em si.

Dessa forma, o marxismo negou aos membros das classes oprimidas o atributo de serem sujeitos. Ao fazer isso, o marxismo, em razão do poder ideológico e político que esta “ciência revolucionária” exercia imediatamente sobre o movimento dos trabalhadores e sobre todos os outros grupos políticos, impediu que todas as categorias de pessoas oprimidas se constituíssem historicamente como sujeitos (sujeitos de suas lutas, por exemplo). Isso significa que as “massas” não lutavam por elas mesmas, mas pelo partido ou por suas organizações. E quando uma transformação econômica ocorria (fim da

propriedade privada, constituição do estado socialista), nenhuma mudança revolucionária acontecia na nova sociedade, porque as próprias pessoas não mudavam.

Para as mulheres, o marxismo teve dois resultados. Ele as impediu de perceber que eram uma classe e, portanto, de se constituírem como classe durante muito tempo, deixando a relação “mulheres/homens” fora da ordem social, transformando-a em uma relação natural – sem dúvida para os marxistas, a única, junto com a relação entre mães e filhos, a ser vista desta maneira – e ocultando o conflito de classe entre homens e mulheres atrás de uma divisão natural de trabalho. Isso diz respeito ao nível teórico (ideológico). No nível prático, Lenin, o partido, todos os partidos comunistas até agora, incluindo os grupos políticos mais radicais, sempre reagiram a qualquer tentativa por parte das mulheres em refletir e formar grupos com base em seu próprio problema de classe com uma acusação de divisão. Ao unir, nós, mulheres, estamos dividindo a força do povo. Isso significa que, para os marxistas, as mulheres pertencem ou à classe burguesa ou à classe proletária, em outras palavras, aos homens dessas classes. Além disso, a teoria marxista não permite que as mulheres, da mesma forma que outras classes de pessoas oprimidas, constituam-se como sujeitos históricos, porque o marxismo não leva em conta o fato de que uma classe também consiste em indivíduos um por um. Consciência de classe não é suficiente. Nós temos que tentar entender filosoficamente (politicamente) esses conceitos de “sujeito” e “consciência de classe”, e como eles agem em relação à nossa história. Quando descobrimos que as mulheres são objetos de opressão e apropriação, no momento mesmo que somos capazes de perceber isso, nós nos tornamos sujeitos no sentido de sujeitos cognitivos por meio de uma operação de abstração. Consciência de opressão não é só uma reação (uma luta) contra a opressão. É também toda a reavaliação conceitual do mundo social, sua completa reorganização com novos conceitos, do ponto de vista da opressão. Cada uma de nós deve realizar a operação de compreender a realidade: podemos chamar isso de prática subjetiva, cognitiva. O movimento para frente e para trás entre os níveis de realidade (a realidade conceitual e a realidade material da opressão, ambas realidades sociais) é feito por meio da linguagem.

Somo nós que historicamente temos que assumir a tarefa de definir o sujeito individual em termos materialistas. Isso sem dúvida parece ser uma impossibilidade, uma vez que materialismo e subjetividade sempre foram mutuamente excludentes. No entanto, e em vez de perder a esperança de compreender, temos que reconhecer a necessidade de alcançar a subjetividade no abandono por muitas de nós do mito “mulher” (ele é apenas uma armadilha que

nos atrasa). Esta necessidade real de que todos existam como indivíduos, assim como membros de uma classe, é talvez a primeira condição para a realização de uma revolução, sem a qual não pode haver luta verdadeira ou transformação. Mas o oposto também é verdadeiro, sem classe e consciência de classe não há sujeitos reais, só indivíduos alienados. Para as mulheres resolverem a questão do sujeito individual em termos materialistas, elas precisam primeiro mostrar, como as lésbicas e as feministas fizeram, que problemas supostamente “subjetivos”, “individuais” e “privados” são de fato problemas sociais, problemas de classe; que a sexualidade não é para as mulheres uma expressão individual e subjetiva, mas uma instituição social de violência. Mas depois de havermos mostrado que todos os pretensos problemas pessoais são de fato problemas de classe, ainda teremos diante de nós a questão do sujeito de cada mulher – não o mito, mas cada uma de nós. Nessa altura, digamos que uma nova definição pessoal e subjetiva para toda a humanidade só pode ser encontrada fora da categoria de sexo (mulher e homem), e que o advento de sujeitos individuais exige primeiro a destruição das categorias de sexo, o fim do uso dessas categorias e a rejeição de todas as ciências que ainda usam essas categorias como base (praticamente todas as ciências sociais).

Destruir a “mulher” não significa que queiramos, sem falar na destruição física, destruir o lesbianismo junto com as categorias de sexo, porque o lesbianismo oferece no momento a única forma social em que podemos viver livremente. Lésbica é o único conceito que eu conheço que está fora das categorias de sexo (mulher e homem), porque o sujeito designado (lésbica) não é uma mulher, seja economicamente, politicamente ou ideologicamente. Pois o que faz uma mulher em uma relação social específica com um homem, uma relação que chamávamos anteriormente de servidão,¹⁶ uma relação que implica obrigação social e física, bem como obrigação econômica (“residência forçada”,¹⁷ trabalho doméstico, deveres conjugais, ilimitada produção de filhos etc.), uma relação da qual as lésbicas escapam, recusando-se a se tornar ou permanecer heterossexuais. Nós somos fugitivas da nossa classe do mesmo modo que os escravos americanos foragidos escapavam da escravidão e se tornavam livres. Para nós, isso é uma necessidade absoluta, nossa sobrevivência exige que empregemos todas as nossas forças para a destruição da classe de mulheres dentro da qual os homens se apropriam das mulheres. Isso só pode ser conseguido pela destruição da heterossexualidade como um sistema social baseado na opressão das mulheres pelos homens e que produz a doutrina da diferença entre sexos para justificar a opressão.



TEXTO ORIGINALMENTE PUBLICADO SOB O TÍTULO “ON NE NAÎT PAS FEMMES” EM *QUESTIONS FÉMINISTES. NOUVELLES QUESTIONS FÉMINISTES 8*, PARIS, 1980, P. 75-84. TRADUÇÃO DE LÉA SÛSSEKIND VIVEIROS DE CASTRO.

ESTA TRADUÇÃO FOI PUBLICADA COM A PERMISSÃO DE BEACON PRESS, BOSTON, A PARTIR DO LIVRO *THE STRAIGHT MIND*, COPYRIGHT BY MONIQUE WITTIG, 1992.

NOTAS

- [1](#) Christine Delphy, “Pour un féminisme matérialiste”, *L’Arc* 61, 1975.
- [2](#) Colette Guillaumin, “Race et Nature: Systeme des marques, idee de groupe naturel et rapports sociaux”, *Pluriel*, nº 11, 1977.
- [3](#) Eu uso a palavra sociedade com um sentido antropológico ampliado; estritamente falando, ela não se refere a sociedades nas quais as sociedades lésbicas não existem de forma completamente autônoma em sistemas sociais heterossexuais.
- [4](#) Simone de Beauvoir, *Le deuxième sexe*, Gallimard, Paris, 1949, t. II, p. 15.
- [5](#) Redstockings, *Feminist Revolution*, Nova York: Random House, 1978, p. 18.
- [6](#) Andrea Dworkin, “Biological Superiority, The World’s Most Dangerous and Deadly Idea”, *Heresies*, nº 6, 1977, p. 46.
- [7](#) Ti-Grace Atkinson, *Amazon Odyssey*, Nova York: Links Books, 1974, p. 15.
- [8](#) Andrea Dworkin, op. cit.
- [9](#) Colette Guillaumin, op. cit.
- [10](#) Simone de Beauvoir, op. cit.
- [11](#) Colette Guillaumin, op. cit.
- [12](#) Andrea Dworkin, op. cit.
- [13](#) Ti-Grace Atkinson, op. cit., p. 6: “Se o feminismo tem alguma lógica, deve ser trabalhar por uma sociedade sem gênero.”
- [14](#) Rosalind Rosenberg, “In Search of Woman’s Nature”, *Feminist Studies*, vol. 3, nº 1/2, 1975, p. 144.
- [15](#) *Ibid.*, p. 146.
- [16](#) Em um artigo publicado em *L’Idiot International*, maio de 1970, cujo título original era “Pour un mouvement de liberation des femmes”.
- [17](#) Christiane Rochefort, *Les stances a Sophie*, Paris: Grasset, 1963.